

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.330.973 - RJ
(2018/0163013-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MANOEL FRANCISCO RIBEIRO ALVES
ADVOGADOS : LUIZ CESAR VIANNA DE GIÁCOMO - RJ028561
ROME U FERNANDO CARVALHO DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ065722
AGRAVADO : BANERJ CREDITO IMOBILIARIO S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA - LIQUIDANTE
ADVOGADO : MARIA ADELINA CADETE DE REZENDE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ055215

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno (fls. 958-964, e-STJ), interposto por **MANOEL FRANCISCO RIBEIRO ALVES**, em face de decisão monocrática da Presidência desta Corte, que não conheceu do reclamo do ora insurgente, ante a incidência da Súmula 115/STJ.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 811, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRECEITO COMINATÓRIO, COM PEDIDO CONDENATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE FATO, VISANDO AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PELO RITO ORDINÁRIO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO SEM COBERTURA DO FCVS, CELEBRADO COM O BANCO BANERJ. CONSUMIDOR QUE PRETENDE BAIXA DO GRAVAME HIPOTECÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELO AUTURAL. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CPC/1973, CONSIDERANDO A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO SOB A SUA VIGÊNCIA. INSTRUMENTO DO CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL QUE NÃO APRESENTA QUALQUER MENÇÃO À COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO SALARIAL (FCVS), RAZÃO PELA QUAL CABE AO MUTUÁRIO SUPORTAR O SALDO DEVEDOR RESIDUAL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PARTE AUTORA QUE DEIXOU DE COMPROVAR NOS AUTOS A QUITAÇÃO DOS RESÍDUOS, SENDO INSUFICIENTE A DEMONSTRAÇÃO DO PAGAMENTO DAS PARCELAS PREVISTAS NOS CONTRATO. APELANTE QUE NÃO LOGROU PROVAR NOS AUTOS O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (ART. 333 I DO CPC/73), ÔNUS QUE LHE CABIA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 842-845, e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões de recurso especial (fls. 851-857, e-STJ), o insurgente apontou violação aos artigos 1.022 do CPC/15; 423 do CC; 2º, § 3º, Lei 10.150/2000. Sustentou, em síntese: a) a nulidade do acórdão que não acolheu os aclaratórios; b) a existência de cláusula contraditória no contrato firmado entre as partes; c) em momento algum a CEF sustentou a questão da inadimplência, mas alegou apenas a duplicidade de financiamento.

Sem contrarrazões.

Em razão do juízo negativo de admissibilidade na origem, adveio o presente agravo (fls. 924-929, e-STJ), visando destrancar o processamento daquela insurgência.

Em decisão singular (fls. 952-953, e-STJ), a Presidência desta Corte não conheceu do reclamo, ante a ausência da cadeia completa de procuração, aplicando o teor da Súmula 115/STJ.

No presente agravo interno (fls. 957-964, e-STJ), o agravante sustenta que a decisão monocrática merece reforma e sustenta a regularidade da representação processual.

É o relatório.

Decido.

Ante as razões expendidas no agravo interno, **reconsidero** a decisão monocrática anteriormente proferida (fls. 952-953, e-STJ), porquanto verifica-se a regularidade na representação processual, consoante documento de fl. 15, e-STJ e certidão de fl. 878, e-STJ.

Passo, de pronto, a análise do agravo.

A irrisignação não merece prosperar.

1. De início, o insurgente apontou violação ao art. 1.022 do CPC/15, ao argumento de que o acórdão recorrido não se manifestou expressamente sobre os dispositivos apontados pelo recorrente para fundamentar o seu pleito, sem mencionar, especificamente, a forma pela qual o dispositivo fora violado, o que atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

Assim, em prejuízo da compreensão da controvérsia, não foi demonstrada com clareza e precisão a necessidade de reforma da decisão, neste ponto, incidindo no óbice previsto na Súmula 284 do STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, precedentes desta Corte: AgRg no REsp 1193892/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 24/02/2014; AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 05/03/2013.

Incide, no ponto, o teor da Súmula 284/STF, por analogia.

2. Ainda, o recorrente aponta violação aos artigos 423 do Código Civil e 2º, § 3º, Lei 10.150/2000, ao argumento de que há cláusula contraditória no contrato firmado entre as partes e em momento algum a CEF sustentou a questão da inadimplência, mas alegou apenas a duplicidade de financiamento.

Todavia, da leitura do acórdão recorrido, infere-se que o órgão julgador utilizou como razão de decidir, para afastar o dever de indenizar, a inexistência de provas do fato constitutivo do direito do autor, tampouco da prática de ato ilícito pelo réu, nos seguintes termos:

Com efeito, verifica-se que o Apelado não logrou comprovar o fato constitutivo de seu direito deduzido na inicial, e não se desincumbiu do ônus

Superior Tribunal de Justiça

de prová-los, diante do disposto no art. 333, I, do CPC/73, tem-se que inexistente prova da ocorrência de ato ilícito pelo Réu e, por conseguinte, encontra-se afastado o dever de indenizar.

Assim, tem-se que a sentença analisou detidamente todas as questões trazidas a Juízo pelas partes, entendendo acertadamente pela improcedência dos pedidos autorais, valendo colacionar abaixo os seguintes termos do julgado: [...] (fl. 824, e-STJ)

Como se vê, concluiu o órgão julgador pela inexistência do dever de indenizar, ante a falta de provas dos fatos alegados pelo autor e da prática de ato ilícito pelo réu, fundamentos estes não rebatidos nas razões do apelo extremo.

Deste modo, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado no ponto, impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". Precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. LUCROS CESSANTES. FUNDAMENTO INATACADO. MORA DO COMPRADOR. SÚMULA 283 E 284 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. **A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF:** "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". [...] 3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 874.193/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, Dje 08/09/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] **EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 283 DO STF.** [...] 5. A existência de fundamento inatacado no julgado, suficiente para manter a decisão, atrai o óbice contido na Súmula nº 283 do STJ, aplicável por analogia. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 719.286/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, Dje 21/06/2016) [grifou-se]

Incide, no particular, o teor da Súmula 283/STF, por analogia.

3. Do exposto, dou provimento ao agravo interno para, reconsiderando a deliberação anterior, de plano, **negar provimento** ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

